

Os interesses distintos dos partidos no governo

Os convencionais do PSDB, que, a despeito das recomendações em contrário da liderança partidária, pretendiam lançar a candidatura do governador Mário Covas à Presidência da República, chocaram-se contra o bom senso. Falar em candidaturas para 2002 desde já é absurdo em qualquer partido. Mas o PSDB é, dos partidos que formam a aliança governista, o que menos pressa precisa ter para lançar candidato ao Palácio do Planalto. O presidente Fernando Henrique Cardoso, afinal, pertence ao partido e está no meio de seu quinto mês de governo no segundo mandato. O lançamento precoce de uma candidatura por seu próprio partido levaria os demais partidos a fazer o mesmo, precipitando o início de uma campanha eleitoral em âmbito nacional que só terá sentido a partir de meados de 2002.

O governador Mário Covas foi o primeiro a reconhecer a inconveniência da abertura prematura da temporada eleitoral. E partiu dele a principal iniciativa para que a convenção do PSDB não saísse dos trilhos. O partido tem pela frente a tarefa, pesada e difícil, de apoiar um governo que padece de crise de popularidade e precisa completar as reformas estruturais que não puderam ser feitas no primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso. E isso só será feito se a coligação de partidos que sustenta o presidente permanecer intacta, o que seria

virtualmente impossível com uma campanha presidencial nas ruas. Até o momento, os partidos que formam a aliança governista e realizaram convenções – PFL e PSDB – têm agido no sentido de preservar a integridade da aliança que os mantém no governo, embora suas lideranças não percam ocasião para surfar na onda de impopularidade do presidente Fernando Henrique. Todos estão determinados a lançar candidaturas próprias, nas eleições de 2002.

A fixação do princípio, porém, não equivale ao lançamento de nomes, o que seria fatal para a manutenção da base governista. O PMDB, que ainda não fez a sua convenção, não deverá ser uma exceção. Sua estratégia tem sido a de não perder oportunidade para fustigar o PFL na tentativa de firmar identidade própria e ganhar posições dentro da máquina estatal e junto à opinião pública, ao mesmo tempo que ensaia aproximações maiores com o PSDB, mas evita, no jargão de alguns de seus líderes, “fulanizar” a sucessão. É bem verdade que o PMDB, sendo um movimento que abriga políticos de diferentes origens, sem qualquer consistência doutrinária e não um partido político orgânico, teria sérias dificuldades para chegar a um candidato de consenso,

faltando tanto tempo para as eleições. O PFL, por sua vez, faz o possível para ressaltar o caráter informal das manifestações dos convencionais que aclamaram a candidatura do senador Antonio Carlos Magalhães. O próprio presidente do Senado afirma que este não é o momento para o surgimento de candidaturas, embora já esteja ele próprio numa campanha surda que consiste principalmente em tentar capitalizar os apoios perdidos por Fernando Henrique.

De fato, antes de indicar oficialmente candidatos às eleições presidenciais, os partidos devem se preparar para as eleições municipais do próximo ano. Se todos querem lançar candidatos próprios, nada mais natural que façam um esforço para ampliar suas bases de atuação nos municípios.

O PSDB, por exemplo, entende ser esse o seu principal desafio, como partido relativamente novo e em fase de expansão. Há quatro anos, o PSDB conquistou 12% das cadeiras da Câmara dos Deputados. Nas eleições do ano passado, fez 20% dos deputados federais. Foi um crescimento expressivo, mas insuficiente para um partido que pretende, em princípio, lançar candidato próprio à Presidência da República, para prosseguir a obra do presidente

Fernando Henrique Cardoso. Daí ter criado, na convenção deste final de semana, uma vice-presidência para cuidar exclusivamente da ampliação da base partidária e das estratégias eleitorais.

Os partidos que formam a base de sustentação parlamentar do governo não têm interesse, ao contrário do que ocorre com o PT e o PDT, de precipitar o debate sucessório e isso tem ficado claro nas recentes convenções que realizaram e nas declarações

Falar, desde já, em candidaturas presidenciais para 2002 é absurdo em qualquer partido

dos líderes do PMDB, que será o último a fazer sua convenção. Cada um dos partidos governistas é movido por estratégias e interesses distintos que, no entanto, coincidem na manutenção do

apoio ao governo do qual fazem parte, embora procurando não se contaminar com a impopularidade do presidente. O que importa é que, deixando para a proximidade das eleições de 2002 o lançamento de candidatos, garantem à aliança um mínimo de coesão que possibilitará a aprovação de projetos tão importantes quanto a segunda fase da reforma da Previdência, as reformas tributária, política e do Judiciário e a Lei de Responsabilidade Fiscal.